



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJSP - POLÍCIA FEDERAL**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/SE**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

(nome empresarial), CNPJ Nº: \_\_\_\_\_ com sede na (endereço completo) por intermédio de seu representante legal, e para os fins da Dispensa Eletrônica nº 90001/2025, vem apresentar a seguinte proposta de preço:

<b>Grupo</b>	<b>Item</b>	<b>Especificação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
G1	01				
	02				
	03				
G2	04				
	05				

**Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração e gerenciamento, por meio de sistema informatizado, para fornecimento de combustíveis, de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças/materiais, junto a rede credenciada de estabelecimentos para atender todas as máquinas, equipamentos e veículos da Polícia Federal em Sergipe, com abrangência nacional, conforme condições, quantidades e exigências contidas no Edital e anexos.

**Validade da proposta** (mínimo 180 dias): \_\_\_\_\_

Nome do representante legal: \_\_\_\_\_

Nº da cédula de identidade e órgão emitente: \_\_\_\_\_

Telefone/fax/e-mail para contato: \_\_\_\_\_

Banco: xxxxx

Agência: XXX

Conta: xxxxx

4.2. (do TR) Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

DECLARA, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da **Constituição Federal**, que **não emprega menor** de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que **não emprega menor** de dezesseis anos.

3.3.2. (do edital) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.9. (do edital) O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de ----

Nome do representante da empresa



Documento assinado eletronicamente por **DAILZA VENTURA DOS SANTOS, Agente Administrativo(a)**, em 16/05/2025, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=47430332&crc=5016E545](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=47430332&crc=5016E545).

Código verificador: **47430332** e Código CRC: **5016E545**.

---

Referência: Processo nº 08520.003061/2024-47

SEI nº 47430332

---

Criado por **dailza.dvs**, versão 5 por **dailza.dvs** em 15/05/2025 16:48:28.